

Informação**Plano de insolvência**

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

21 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Berta Fernanda G. Pacheco*. — O Oficial de Justiça, *Adelaide Mendes Bessa*.

3000223325

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA**Anúncio n.º 151/2007****Prestação de contas pelo administrador (CIRE)
Processo n.º 2102/05.8TBVFR-F**

Administrador da insolvência — Elmano Relva Vaz.
Insolvente — RIP, Comércio de Frutas, L.^{da}

A Dr.^a Raquel de Lurdes Asseiro Teiga, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e o insolvente RIP, Comércio de Frutas, L.^{da}, número de identificação fiscal 505679663, Zona Industrial de Roligo Espargo, Santa Maria da Feira, 4520 Santa Maria da Feira, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

19 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Raquel de Lurdes Asseiro Teiga*. — O Oficial de Justiça, *Lúcia Paiva*.

3000223324

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA**Anúncio n.º 152/2007****Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 7241/06.5TBVFR**

Credor — A FINANCIMGEST — Sociedade de Consultoria de Gestão de Créditos, S. A.

Devedor — Alberto Alves de Pinho.

No 4.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira, no dia 19 de Dezembro de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Alberto Alves de Pinho, casado (regime desconhecido), nascido em 24 de Setembro de 1934, natural de Portugal, concelho de Santa Maria da Feira, freguesia de Santa Maria de Lamas [Santa Maria da Feira], nacional de Portugal, número de identificação fiscal 127356134, bilhete de identidade n.º 1911663, Rua da Ponte Funda, 46, 1.º, Meladas, 4535-176 Mozelos, Santa Maria da Feira, com residência na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado Elmano Relva Vaz, Rua de Mourões, 145, 1.º, São Félix da Marinha, 4405-380 São Félix da Marinha.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 1 de Março de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação**Plano de insolvência**

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

20 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Anabela Saraiva*. — O Oficial de Justiça, *Conceição Portal*.

3000223327

TRIBUNAL DA COMARCA DE SÁTÃO**Anúncio n.º 153/2007****Prestação de contas do administrador (CIRE)
Processo n.º 42/05.0TB SAT-E**

Administrador da insolvência — Ademar Margarido de Sampaio R. Leite.

Insolvente — Isabel Cristina Aguiar Figueiredo Carvalho.

A Dr.^a Gabriela Maria Barbosa Colaço, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Isabel Cristina Aguiar Figueiredo Carvalho, casada (regime de comunhão de adqui-

ridos), nascida em 24 de Setembro de 1973, concelho de Sátão, freguesia de Sátão (Sátão), número de identificação fiscal 204725461, bilhete de identidade n.º 10362059, Quinta da Miusã, lote 51, 1.º, direito, 3560 Sátão, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

14 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Gabriela Maria Barbosa Colaço*. — O Oficial de Justiça, *Maria Alice de Jesus Sales*.
1000309415

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 154/2007

Prestação de contas (liquidatário) — Processo n.º 1941-C/1985

Liquidatário judicial — Elmano Relva Vaz.
Requerido — Sociedade de Construção J. C. Santos, L.ª

A Dr.ª Cláudia Oliveira Martins, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a(o) falida(o), notificados para, no prazo de cinco dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 1265.º do Código de Processo Civil, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 44 129, de 28 de Dezembro de 1961).

21 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Cláudia Oliveira Martins*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Ferreira*.
3000223326

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 155/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) — Processo n.º 710/06.9TYVNG

Devedor — PREVIG — Prevenção, Vigilância e Segurança, L.ª
Presidente com. credores — Millenium BCP e outro(s).

No 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia, no dia 7 de Dezembro de 2006, às 22 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es) PREVIG — Prevenção, Vigilância e Segurança, L.ª, número de identificação fiscal 503771023, Rua de Pedro Gaspar Porto, 232, 4460 Guifões, com sede na morada indicada.

É administrador do devedor Jaime Dias Rodrigues da Cunha, com domicílio na Rua da Fonte da Luz, 6, rés-do-chão, 4150-752 Porto.
Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. José Pinto, Rua de Hernâni Torres, 171, 8.º, E, Porto, 4200-320 Porto.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 31 de Janeiro de 2007, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação

Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

28 de Dezembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Paulo Fernando Dias Silva*. — O Oficial de Justiça, *Maria João Monteiro Santos*.
3000223323

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VISEU

Anúncio n.º 156/2007

Prestação de contas (liquidatário) — Processo n.º 27-F/2002

Liquidatário judicial — Ademar Margarido de Sampaio R. Leite.
Requerida — A Nau — Pronto-a-Vestir, L.ª

A Dr.ª Ana Paula Albuquerque, juíza de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Viseu anuncia que são os credores e a falida A Nau — Pronto-a-Vestir, L.ª, com sede na Quinta da Alagoa, lote 314, 1.º, loja 119, Ranhos, Viseu, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

14 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Albuquerque*. — O Oficial de Justiça, *Fernanda Sequeira*.
1000309414